



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2021

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

Os resultados operacionais e financeiros obtidos em 2021, com destaque ao marco de faturamento superior a R\$1 bilhão, são fruto do comprometimento da gestão com o desenvolvimento de seu ecossistema portuário. O resultado representa um expressivo incremento de R\$402,6 milhões ou 62,1% em relação a 2020.

O faturamento de 2021 foi impulsionado tanto pelo crescimento na movimentação de cargas quanto pelas variáveis que atuam na composição da receita da principal carga movimentada. Assim, a taxa de câmbio e o preço do minério de ferro no mercado internacional amplificaram as receitas oriundas da exportação da commodity contribuindo positivamente para o faturamento da CDRJ.

A CDRJ administra o segundo maior complexo portuário na movimentação de cargas do Brasil, entre os portos públicos. Em sua competência de administradora dos portos e gestora de ativos públicos, tem a obrigação legal de garantir a devida remuneração pelo uso dos bens que administra.

Desta forma, busca garantir investimentos em obras e tecnologia para melhorar seus acessos, suas instalações e a segurança da operação, ciente que a modernização da infraestrutura é fundamental para atrair mais cargas e alavancar a competitividade de seus usuários e atraente para viabilização de novos empreendimentos.

O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2021 estão disponibilizados na íntegra no endereço: <https://www.portosrio.gov.br/pt-br/institucional/instrumentos-de-governanca/demonstracoes-financeiras/detalhamento-2021>

Francisco Antônio de Magalhães Laranjeira
Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
Ativo Circulante			(Reapresentado)	Passivo Circulante			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	351.695	60.994	Fornecedores	16	5.720	5.757
Contas a Receber de Clientes	6	13.996	40.875	Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	17	13.435	20.455
Estoques	7	-	582	Obrigações Tributárias	18	191.448	188.153
Créditos Fiscais	8	13.873	13.031	Obrigações Contratuais	19	22.816	86.218
Valores a Receber	9	28.028	23.277	Benefícios Pós Emprego	20	24.386	1.091
Outros Ativos	10	685	1.037	Adiantamentos	21	4.691	7.022
		408.277	139.796			262.496	308.696
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo				Obrigações Tributárias	18	1.050.123	996.287
Valores a Receber	9	59.551	62.654	Obrigações Contratuais	19	1.224	16.276
Depósitos Judiciais	11	187.825	170.984	Benefícios Pós Emprego	20	299.170	359.003
Contas a Receber Partes Relacionadas	12	293.215	293.215	Provisão Para Contingências	22	1.097.112	723.343
Cauções e Depósitos Vinculados	13	419.076	371.916	Adiantamentos	21	-	7.030
Outros Ativos	10	483	443	Adiant. Futuro Aumento de Capital	23	299.402	213.124
		960.150	899.212			2.747.031	2.315.063
Propriedade para Investimento Imobilizado				Patrimônio Líquido			
	14	27.547	24.053	Capital Social	24	2.455.537	2.455.537
	15	799.017	860.326	Ajustes de Avaliação Patrimonial	25	46.485	(5.073)
		1.786.714	1.783.591	Prejuízos Acumulados		(3.316.558)	(3.150.836)
						(814.536)	(700.372)
Total do Ativo		2.194.991	1.923.387	Total do Passivo		2.194.991	1.923.387

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida	26	951.078	590.519
Custos da Operação	27	(143.268)	(128.232)
Lucro Bruto		807.810	462.287
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas	28	(234.534)	(197.802)
Depreciação	29	(25.172)	(20.711)
Provisões Contábeis Líquidas	30	(517.202)	(99.050)
Outras Receitas Operacionais	31	39.297	16.386
Outras Despesas Operacionais	32	(102)	(76)
		(737.713)	(301.253)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		70.097	161.034
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	33	(124.268)	(175.287)
Resultado Antes dos Tributos		(54.171)	(14.253)
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro			
Imposto de Renda	34	(82.016)	-
Contribuição Social	34	(29.535)	-
		(111.551)	-
Resultado do Exercício		(165.722)	(14.253)
Quantidade de Ações		1.222.461.484	1.222.461.484
Lucro/(Prejuízo) por Ação do Capital Social (em Reais)		(0,04)	(0,01)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício		(165.722)	(14.253)
Outros Resultados Abrangentes		45.485	(5.072)
Ganho (Perda) Atuarial em Planos de Pensão	20	45.485	(5.072)
Resultado Abrangente do Período		(120.237)	(19.325)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
Resultado do Exercício	(165.722)	(14.253)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	51.558	13.224
(+) Depreciação e Amortização	64.544	53.197
(-) Baixas do Imobilizado	3.506	12.678
(+) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	9.104	5.740
(+) Provisão para Contingências	373.769	24.524
(+) Benefícios Pós Emprego	(36.537)	(25.195)
(-) Adiantamentos	(9.361)	(9.361)
Resultado Ajustado	290.861	60.554
Variações no Ativo		
Contas a Receber	26.879	13.909
Estoques	582	(512)
Créditos Fiscais a Recuperar	(842)	(672)
Outros Valores a Receber	(1.648)	(26.767)
Depósitos Judiciais	(64.001)	53.794
Propriedades para Investimento	(3.494)	-
Bens em Processo de Cessão	-	4.926
Outros Ativos	312	1.880
Variações no Passivo		
Fornecedores	(37)	(551)
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	(7.020)	2.450
Obrigações Tributárias	57.131	81.244
Obrigações Contratuais	(78.453)	(146.384)
Caixa Líquido - Atividades Operacionais	220.270	43.871
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(6.742)	(1.272)
Caixa Líquido - Atividades de Investimento	(6.742)	(1.272)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	77.174	-
Caixa Líquido - Atividades de Financiamento	77.174	-
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	290.702	42.599
Caixa e Equivalentes no Início do Período	60.993	18.394
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	351.695	60.993

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Receitas	1.011.235	684.675
Tarifas Portuárias	109.149	99.315
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	881.123	506.134
Provisão para Perdas Estimadas	(29.050)	(17.623)
Reversão de Provisões	50.013	96.849
Insumos Adquiridos de Terceiros	(643.067)	(235.135)
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(39.065)	(49.323)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(528.782)	(165.815)
Outros custos	(75.220)	(19.997)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	368.168	449.540
Depreciação e Amortização	(64.544)	(53.197)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	303.624	396.343
Valor adicionado recebido em transferência	22.812	23.371
Receitas financeiras	22.811	21.992
Outras	1	1.379
Valor adicionado a distribuir	326.436	419.714
Distribuição do valor adicionado	326.436	419.714
Pessoal	229.165	230.652
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	95.331	102.121
Benefícios	55.507	38.366
Benefícios Pós-emprego	19.137	21.460
FGTS	8.688	13.464
INSS	30.746	33.981
Provisões	18.334	19.379
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	1.422	1.881
Tributos	115.913	6.036
Federais	112.822	1.102
Estaduais	248	42
Municipais	2.843	4.892
Remuneração de capitais de terceiros	147.080	197.279
Despesas financeiras	147.080	197.279
Resultado do Exercício	(165.722)	(14.253)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Discriminação	Nota	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 1º de janeiro de 2020		2.455.537	(18.297)	(3.112.350)	(675.110)
Ajustes de Prejuízos Acumulados	3	-	-	(24.233)	(24.233)
Resultado Líquido do Exercício		-	-	(14.253)	(14.253)
Perdas Atuariais em Planos de Pensão		-	13.224	-	13.224
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)		2.455.537	(5.073)	(3.150.836)	(700.372)
Resultado Líquido do Exercício		-	-	(165.722)	(165.722)
Perdas Atuariais em Planos de Pensão	20	-	51.558	-	51.558
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.455.537	46.485	(3.316.558)	(814.536)



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, doravante denominada “CDRJ” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras da CDRJ foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a CDRJ incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em prejuízo no montante de R\$ 165.722 (R\$ 14.253 mil em 31 de dezembro de 2020), em especial pela constituição de provisões para contingências.

Embora a CDRJ possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 – REAPRESENTAÇÃO PARA FINS COMPARATIVOS

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2020, originalmente divulgadas em 20/04/2021, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia. Para tanto, a Administração da Companhia revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

		31 de dezembro de 2020		
		Original	Ajuste	Reapresentado
ATIVO				
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		60.994	-	60.994
Contas a Receber de Clientes		40.875	-	40.875
Estoque		582	-	582
Créditos Fiscais a Recuperar		3.737	9.294	13.031
Valores a Receber		23.277	-	23.277
Outros Ativos		1.037	-	1.037
		130.502	9.294	139.796
Ativo Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Valores a Receber		62.654	-	62.654
Depósitos Judiciais		170.984	-	170.984
Partes Relacionadas		293.215	-	293.215
Cauções e Depósitos Vinculados		371.916	-	371.916
Outros Ativos		443	-	443
		899.212	-	899.212
Propriedade para Investimento Imobilizado				
		24.053	-	24.053
		860.326	-	860.326
		1.783.591	-	1.783.591
Total do Ativo		1.914.093	9.294	1.923.387

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

		31 de dezembro de 2020		
		Original	Ajuste	Reapresentado
PASSIVO				
Passivo Circulante				
Fornecedores		5.757	-	5.757
Obrigações Trab. e Assistenciais		20.455	-	20.455
Obrigações Tributárias		154.626	33.527	188.153
Obrigações Contratuais		86.218	-	86.218
Benefícios Pós Emprego		1.091	-	1.091
Receitas Diferidas		7.022	-	7.022
		275.169	33.527	308.696
Passivo Não Circulante				
Obrigações Tributárias		996.287	-	996.287
Obrigações Contratuais		16.276	-	16.276
Benefícios Pós Emprego		359.003	-	359.003
Provisão Para Contingências		723.343	-	723.343
Receitas Diferidas		7.030	-	7.030
Adiant. Futuro Aumento de Capital		213.124	-	213.124
		2.315.063	-	2.315.063
Patrimônio Líquido				
Capital Social		2.455.537	-	2.455.537
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(5.073)	-	(5.073)
Prejuízos Acumulados		(3.126.603)	(24.233)	(3.150.836)
		(676.139)	(24.233)	(700.372)
Total do Passivo		1.914.093	9.294	1.923.387

3.1 Créditos Fiscais a Recuperar

Trata-se de correção no saldo das contas relativas à base negativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, considerando a utilização do crédito de exercícios anteriores no abatimento do pagamento de impostos correntes, como o PIS e a COFINS.

A correção se mostrou necessária visto que, no exercício de 2017, os créditos foram baixados com impacto negativo no resultado daquele exercício.

3.2 Obrigações Tributárias

Foram realizados dois ajustes retrospectivos: R\$ 22.205 mil, a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, e R\$ 11.322 mil, relativo à Taxa de Ocupação e de Aforamento.

Os ajustes relativos ao IRPJ e à CSLL foram necessários após revisão da apuração tributária e obrigações acessórias, nos exercícios de 2016 a 2020, realizada por empresa de consultoria tributária, Convergry Serviços e Contabilidade Ltda-EPP, contratada por meio do instrumento nº 42/2020. Os ajustes foram realizados nos exercícios de 2018 a 2020, com reconhecimento da obrigação no Passivo Circulante.

O ajuste de R\$ 11.322 mil foi a título de reconhecimento, no Passivo Circulante, das Taxas de Ocupação e de Aforamento, cobradas pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, relativas ao exercício de 2018.

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo.

4.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A empresa transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da empresa.

(iii) Passivos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e Financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.4 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados.

No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.5 Créditos Fiscais

Correspondem aos saldos credores de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

4.6 Cauções e Depósitos Vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.7 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos internos provaram a recuperabilidade de todos os ativos tangíveis e intangíveis das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Os estudos provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em Operação	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Dragagem – Aprofundamento	Entre 10% e 20%
Sinalização	10%
Proteção Marítima	Entre 4% e 10%
Berço e Cais	Entre 4% e 10%
Estacionamento	4%
Vias Internas	Entre 4% e 10%
Linha Férrea	4%
Pátios	Entre 4% e 10%
Armazéns	Entre 4% e 25%
Tançagem	7%
Silo	4%
Guindaste	Entre 4% e 8%
Portêiner	10%
Ship Loader	Entre 5 e 7%
Correia Transportadora	Entre 7% e 10%
Tubulação	Entre 4% e 10%
Grab	20%
Empilhadeira	Entre 5% e 12%
Outros – Equipamentos	Entre 4% e 20%
Bens – Administração	
Contas	
Terrenos	Não deprecia
Edificações	Entre 4% e 25%
Instalações	Entre 2% e 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	Entre 5% e 50%
Equipamentos de Informática	Entre 10% e 33%
Sistemas Aplicativos (Software)	Entre 10% e 20%
Mobiliário	Entre 3% e 20%
Veículos	Entre 4% e 25%
Ferramentas	Entre 5% e 10%
Imobilizado em Andamento	
Contas	
Obras em Andamento	Não deprecia
Imobilizações a Classificar	Entre 3% e 20%

Bens em Operação registram os itens de propriedade da CDRJ que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da Administração registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento registram os itens que ainda não estão operando.

4.9 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.10 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de acordos de pagamento e de cálculos atuariais.

4.11 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

4.12 Adiantamentos

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, pelo regime de competência.

4.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.14 Receita Operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a sociedade, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas Portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receita de Arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato.

A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, da demonstração de resultado.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



5 – CAIXA E EQUIVALENTES

Trata-se de saldo bancário disponível em contas ativas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal – CEF, além de investimentos em renda fixa, Operações Compromissadas – CAC, no Banco do Brasil:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Banco do Brasil	40	1
Saldo Caixa Econômica Federal	128	128
Investimentos em Renda Fixa	351.527	41.614
Saldo na Conta SIAFI	-	19.251
Totais	351.695	60.994

No exercício de 2021, a CDRJ deixou de utilizar a Conta Única do Tesouro Nacional do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, em que constavam os recursos transferidos pela União com fim específico de investimento, passando a controlar todos os recursos em suas contas bancárias.

6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Porto do Rio	177.488	(167.526)	156.782	(141.119)
Porto de Itaguaí	10.720	(9.358)	32.255	(9.758)
Porto de Niterói	1.755	(364)	2.513	(436)
Porto de Angra	1.466	(185)	944	(306)
Totais	191.429	(177.433)	192.494	(151.619)

A variação positiva no saldo das faturas do Porto do Rio reflete, principalmente, a inadimplência no pagamento da Movimentação Mínima Contratual – MMC, cobrada dos arrendatários Multi-Rio Operações Portuárias S.A. e ICTSI Brasil S.A., nos valores de R\$ 13.198 mil e 4.705 mil, respectivamente. Os arrendatários contestaram, judicialmente, as faturas, sem que tenha havido, até o momento, o trânsito em julgado.

A redução de saldos no Porto de Itaguaí é resultado, principalmente, da queda dos valores emitidos para a CSN Mineração, em comparação com o mesmo período de 2020. O total faturado em dezembro de 2021 foi de R\$ 6.323 mil (R\$ 22.930 mil em 2020), permanecendo em aberto o montante de R\$ 362 mil (R\$ 22.377 mil em 2020).

7 – ESTOQUES

No exercício de 2021, a CDRJ deixou de contabilizar no Ativo Circulante os valores relativos aos estoques que, por se tratarem apenas de material de consumo de baixo valor, passaram a ser lançados no resultado do exercício.

8 – CRÉDITOS FISCAIS

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	10.808	10.188
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	3.065	2.843
Totais	13.873	13.031

Trata-se do Saldo Negativo do IRPJ e da CSLL, resultado de retenções, nos termos da IN RFB nº 1234/2012, do Imposto de Renda retido de aplicações financeiras e demais créditos a serem utilizados.

9 – VALORES A RECEBER

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Município do Rio de Janeiro	7.105	6.456	47.581	43.236
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	-	-
Acordos – Créditos a Receber	10.907	10.826	11.970	19.418
Empregados Cedidos	6.422	2.773	-	-
Outros Valores a Receber	2.394	2.022	-	-
Totais	28.028	23.277	59.551	62.654

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária. O Ente está inadimplente e o saldo devedor é objeto de encontro de contas, ainda em discussão.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

Acordos – Créditos a Receber compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Pier Mauá S.A., Triunfo Logística Ltda., Pennant Serviços Marítimos Ltda., Prestomar Serviços Marítimos Ltda., Astromarítima Navegação S/A, Preamar Serviços Marítimos Ltda. e TPAR – Terminal Portuário de Angra dos Reis.

Empregados Cedidos representa os valores a receber de órgãos e entidades por cessão de empregados da CDRJ. Atualmente, os órgãos cessionários são: Advocacia Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério da Infraestrutura – MINFRA, Prefeitura Municipal de Japeri e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A variação indica aumento da inadimplência dos cessionários.

10 – OUTROS ATIVOS

Os valores de curto prazo representam adiantamentos de despesas e empréstimos concedidos a empregados. No longo prazo, o saldo representa valores a recuperar em procedimentos administrativos – Procedimento Administrativo Disciplinar e restituição de valores pagos a maior.

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	31/12/2021	31/12/2020
Ações Judiciais – IPTU	14.205	14.214
Ações Judiciais – Portus	42.685	20.794
Ações Judiciais – VPNI	39.985	52.095
Outras Ações Judiciais	90.950	83.881
Totais	187.825	170.984

As Ações Judiciais – IPTU tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis.

As Ações Judiciais – Portus são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Há, atualmente, pedido de penhora no faturamento de clientes específicos.

Ações Judiciais – VPNI compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual. Os depósitos são mensais. Houve levantamento, no exercício de 2021, em favor do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro.

Outras Ações Judiciais compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

12 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantinha recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os seguintes valores compõem o grupo:

	31/12/2021	31/12/2020
Bloqueios em Conta Corrente	157.993	158.013
Bloqueios em Ações do Leasing	244.536	198.806
Recursos Judiciais	16.547	15.097
Totais	419.076	371.916

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial em conta bancária. Ultimamente, os bloqueios não vêm ocorrendo com certa frequência porque a CDRJ adotou a estratégia de realizar o pagamento da condenação antes dos pedidos de penhora.

Bloqueios nas Ações do Leasing Portobrás são penhoras mensais na receita da CDRJ para garantia dos seguintes processos: 0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Recursos Judiciais registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da CDRJ.

14 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Trata-se de 84 (oitenta e quatro) imóveis externos (Edificações e Terrenos) de propriedade da CDRJ, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudo de determinação de valor de mercado, observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para Investimentos foram avaliados em R\$ 935.466 mil (R\$ 547.499 mil em 2020).

15 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

Valor contábil em 01/01/2021		Movimentação - Exercício de 2021						Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Transf.	Dep.	
Bens em Operação	920.689	(201.313)	719.376	1.511	(39)	88	(61.050)	659.969
Bens da Administração	160.497	(45.160)	115.337	2.799	(293)	(3.429)	(3.559)	111.872
Imob. em Andamento	28.128	(2.515)	25.613	2.431	(775)	(93)	-	27.176
Totais	1.109.314	(248.988)	860.326	6.741	(1.107)	(3.434)	(64.609)	799.017

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

16 – FORNECEDORES

Trata-se do saldo (a vencer) a pagar aos fornecedores de bens e serviços, cujo prazo médio é de 30 (trinta) dias, e do saldo não depositado em conta vinculada.

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	5.410	5.581
Saldo Conta Vinculada	310	176
Totais	5.720	5.757

A conta vinculada foi instituída pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que tornou obrigatória a abertura de conta bloqueada para movimentação, nos casos de contratação, pela Administração Pública, de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

Assim, ao longo da execução contratual, a CDRJ deve deduzir, do montante líquido mensal a ser creditado ao fornecedor, os valores relativos aos encargos para pagamento de férias, adicional de férias, 13º salário, e verbas rescisórias, os quais devem, obrigatoriamente, ser depositados na conta vinculada, e que serão remunerados pelo índice de correção da poupança *pro rata die*.

17 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, membros dos conselhos de administração e fiscal, membros do comitê de auditoria estatutário, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos incidentes; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia descontada em folha de pagamento(mesada judicial); e as consignações também descontadas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários (consignados), plano funeral, etc.

A seguir a composição do grupo:

	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações	6.003	7.715
Consignações	264	313
Mesada Judicial	86	92
Provisões e Encargos	7.082	12.335
Totais	13.435	20.455

Houve variação nas remunerações por redução no quadro de pessoal (falecimento, rescisão de contrato, transferência de vínculo para a União) e afastamento de alguns empregados que trabalhavam na área operacional, o que resultou na redução dos valores a pagar a título de adicional de risco, adicional noturno e horas extraordinárias. O número de empregados ativos da CDRJ em 31/12/201, exceto estagiários e terceirizados, era de 734 (768 empregados em 31/12/2020).

A variação das Provisões e Encargos é resultado da revisão, no exercício de 2021, dos métodos de constituição das provisões de férias, realizada pela Gerência de Recursos Humanos a partir da implantação de sistema de gestão de recursos humanos, por meio do contrato CDRJ nº 28/2020, firmado com a Benner Sistemas S/A.

18 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IPTU	13.193	13.193	-	-
ISS	51	62	489.772	423.929
Parcelamentos	123.066	110.066	560.351	572.358
PASEP/COFINS	3.377	5.671	-	-
IR e CSLL	11.507	25.366	-	-
INSS/FGTS	4.206	3.900	-	-
ATP	6.820	6.820	-	-
Taxa de Ocupação	29.006	22.644	-	-
Outros	222	431	-	-
Totais	191.448	188.153	1.050.123	996.287

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a dois acordos de pagamento com o Município do Rio de Janeiro, de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2009, inscrições 1810258-2 e 3017358-7, os quais a CDRJ não recolhe desde janeiro de 2013, além dos impostos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao recolhimento mensal habitual. Os valores do longo prazo, com exceção de pequenos valores em cobrança amigável, estão sendo cobrados por meio de seis processos de execução fiscal, movidos pelo Município do Rio de Janeiro, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. A CDRJ opôs embargos no exercício de 2002, os quais foram julgados improcedentes. A sentença foi confirmada em 2ª instância e negado provimento ao agravo em recurso especial no Superior Tribunal de Justiça, com trânsito em julgado.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, um parcelamento ordinário de débitos previdenciários, de 28 de maio de 2018, dois parcelamentos de PIS e COFINS, aderidos em 13 de julho de 2018, e três acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual, assinados em 29 de maio de 2019, 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021. Apesar de todos os acordos estarem sendo recolhidos em dia, não houve redução do saldo total (curto + longo prazo) por conta do acréscimo do último acordo, de abril de 2021, cujo montante foi de R\$ 90.913 mil.

O grupo **PASEP/COFINS** representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O saldo de **IR e CSLL** compreende o saldo mensal corrente do imposto de renda retido em folha de pagamento, além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, calculados com base no balancete de dezembro de 2021. Conforme Nota 3, estão incluídos no saldo relativo ao exercício de 2020 os valores a recolher de exercícios anteriores, cujo desembolso ocorreu no exercício de 2021.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, consequentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social da CDRJ como contrapartida.

A **Taxa de Ocupação** representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da CDRJ, tais como taxa de ocupação e aforamento.

19 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações contratuais, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de Cliente	2.572	1.888	-	-
Expansão Terminal 1	16.281	17.410	1.224	16.276
Cessão de Crédito	-	64.110	-	-
Outros	3.963	2.810	-	-
Totais	22.816	86.218	1.224	16.276

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023. A CDRJ vem amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela Libra, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.

A **Cessão de Crédito** refere-se aos contratos firmados entre a CDRJ e a União, nos quais a CDRJ transferiu à União parte dos direitos de créditos decorrentes dos contratos de arrendamento firmados com a Libra Terminal Rio e Sepetiba Tecon, vencíveis até o exercício de 2025. A União efetuou o pagamento à CDRJ em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com objetivo exclusivo de quitação de passivo trabalhista. Os valores contabilizados até o exercício de 2020 referiam-se às parcelas não recolhidas, ou recolhidas parcialmente, e à atualização de valores pagos em atraso. No exercício de 2021, o saldo foi transferido para o grupo de parcelamentos, por conta do acordo Negócio Jurídico Processual firmado com a PGFN, conforme Nota 18.

20 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A CDRJ é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários, do tipo “benefício definido”, administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade de previdência complementar, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contribuições Correntes	1.623	1.091	-	-
Termo de Compromisso Financeiro	22.763	-	204.122	205.329
Déficit Atuarial	-	-	95.048	153.674
Totais	24.386	1.091	299.170	359.003

O déficit atuarial da CDRJ apontado no balanço patrimonial e nos quadros a seguir de R\$ 321.993 mil (R\$ 359.003 mil em 2020), calculado segundo o CPC 33, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CDRJ, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Não houve registro do Termo de Compromisso Financeiro no Passivo Circulante no exercício de 2020 porque a CDRJ realizou o pagamento antecipado de todas as parcelas referentes àquele período.As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., estão apresentadas abaixo:

Base de Dados:

	2021	2020
Participantes ativos (passivo principal)	239	263
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.297	1.307
Aposentados	617	642
Pensionistas	680	665
Total de participantes	1.536	1.570
Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	8,20	7,97

Formação do Déficit:

	2021	2020
Saldo do passivo atuarial no início do exercício	(326.859)	(383.492)
Custo líquido no período	(5.891)	(26.522)
Ganhos / (perdas) atuariais líquidos de capital	9.024	107.055
Pagamento de contribuições	1.793	37.787
Compartilhamento de risco	-	(93.831)
Saldo do passivo líquido ao final do exercício	(321.933)	(359.003)

Premissas:

	2021	2020
Premissas adotadas (final do ano)		
Taxa de desconto (nominal)	8,913%	6,524%
Retorno esperado dos ativos do plano	8,913%	6,524%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
Reajuste nominal do benefício	-3,50%	0,00%

Outras Premissas Atuariais Materiais:

	2021	2020
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

	2021	2020
Total do Ativo	280.052	278.874
(+) Ajuste a valor de mercado	-	237
(-) Contribuições contratadas	(224.361)	(205.329)
(-) Contribuições contratadas em atraso	(197)	(144)
(-) Uso próprio	(822)	(1.005)
(-) Exigível operacional	(481)	(754)
(-) Exigível contingencial	(2.967)	(3.441)
(-) Fundo previdencial	(8.896)	(8.419)
(-) Fundo de investimento	-	-
(-) Fundo administrativo	(7.061)	(8.450)
Valor justo dos ativos – inicial	35.267	51.570
Rentabilidade referente ao período projetado	242	-
Saldo previdencial referente ao período projetado	(1.643)	-
Valor justo dos ativos – final	33.866	51.570

Conciliação da Obrigação de Benefício Definido – Segregado:

	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
Obrigação de benefício definido no início do ano	149.247	220.058
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(796)	-
Custo dos juros	3.096	4.491
Contribuições de participantes do plano	829	-
Benefícios pagos	-	(9.494)
(Ganho) / perda atuarial	(16.400)	3.025
(Ganho) / perda atuarial – mudança de premissas	(3.689)	(4.880)
(Ganho) / perda atuarial – ajuste de experiência	(12.711)	7.905
Contribuições extraordinárias assistidos	-	1.744
Obrigação de benefício definido no final do ano	135.976	219.824

Análises de Sensibilidade:

	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	10%	- 10%	0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	349.132	362.978	349.765	362.037
Valor justo dos ativos do plano	33.867	33.867	33.867	33.867
(Passivo) / ativo líquido inicial	(315.265)	(329.111)	(315.898)	(328.170)
Passivo do patrocinador c/ redução de direitos	226.885	226.885	226.885	226.885
Passivo do patrocinador c/ contribuições futuras	36.949	38.414	37.016	38.314
Passivo do patrocinador c/ contrib. extraordinárias	78.627	81.745	78.769	81.533
(Passivo) / ativo líquido a ser compartilhado	27.196	17.933	26.772	18.563
(Passivo) / ativo líquido a ser reconhecido	(315.265)	(329.111)	(315.898)	(328.170)
Reconhecimento de Débitos - TCF	226.885	226.885	226.885	226.885
(Passivo) / ativo líquido reconhecido	(88.380)	(102.226)	(89.013)	(101.285)
Variações	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
Variação da obrigação atuarial	-1,87%	2,02%	-1,70%	1,75%
Variação do passivo / ativo liq. a ser reconhecido	-2,03%	2,18%	-1,84%	1,90%

21 – ADIANTAMENTOS

A CDRJ possui em vigência diversos contratos de arrendamento, dentre os quais alguns, por força contratual, resultaram em antecipação de receitas, contabilizadas como adiantamento (receita diferida) e reconhecidas no resultado do exercício, mensalmente, em bases lineares, segundo fruição do prazo estipulado em contrato. O montante registrado será apropriado até o final do exercício seguinte.

22 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo Inicial 01/01/2021	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/12/2021
Ações Trabalhistas	130.346	(16.756)	54.695	(3.306)	164.979
Ações Cíveis	151.193	(30.453)	424.854	(20.255)	525.339
Ações Tributárias	441.804	(1.905)	25.832	(58.937)	406.794
Totais	723.343	(49.114)	505.381	(82.498)	1.097.112

Segundo informações da Superintendência Jurídica da CDRJ, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados, levantamentos realizados e cálculos homologados.

Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente. Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

A principal variação, ocorrida no saldo dos processos cíveis, é resultado de decisão judicial, transitada em outubro de 2021, da ação 0105594-59.2004.8.19.0001, movida pelo Portus Instituto de Seguridade Social. O valor provisionado para esta ação foi de R\$ 390.112 mil (R\$ 72.103 mil em 2020).

O aumento no valor provisionado para as ações trabalhistas reflete o aumento na quantidade de processos com estimativa de perda provável: de 572 ações em 2020 para 696 em 2021.

A redução no valor provisionado para as ações tributárias reflete, principalmente, decisões recentes do Tribunal Regional Federal – TRF (novembro de 2021) quanto algumas ações de imunidade tributária, o que ensejou a alteração na estimativa de perda em alguns processos, de perda provável para remota.

Destacam-se as seguintes ações classificadas, pela Superintendência Jurídica, com perdas prováveis:

Ações Trabalhistas	Processo	Parte	Tipo	Valor
	00006655620115010461	Vários autores	Enquadramento e diferenças	4.712
	00006205220115010461	Vários autores	Reajuste salarial	3.571
	00026172020115010461	Rafael de Farias	Enquadramento e diferenças	2.689
	01603001319935010006	Carlos Henrique S Silva	Adicional de risco	2.273
	00015673420125010021	Paulo Francisco P. Couto	Enquadramento e diferenças	2.136

Ações Cíveis	Processo	Parte	Tipo	Valor
	01055945920048190001	Portus Instituto de Seguridade	Ação ordinária de cobrança	390.112
	00223865020034025101	Ministério Público Federal	Ação civil por danos ao erário	50.000
	02298864320098190001	Cadisa Empreend. Imobiliários	Ramal rodoviário	37.372
	00224729519978190001	Portus Instituto de Seguridade	Execução título extrajudicial	19.297
	50245835720214025101	Massa Falida de Brazilian Food	Reparação danos materiais	11.596

Ações Tributárias	Processo	Parte	Tipo	Valor
	01627345620018190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal débito de ISS	275.000
	01648780320018190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal débito de ISS	87.799
	02683699419998190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal débito de ISS	32.351
	03430243719998190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal débito de ISS	8.602
	00946268620128190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal débito IPTU	2.983

22.1 Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 236.962 mil (R\$ 716.692 mil em 2020), sendo R\$ 24.282 mil de ações trabalhistas, R\$ 192.509 mil de ações cíveis e R\$ 20.171 mil de ações tributárias. Destacam-se as seguintes ações classificadas como perdas possíveis:

Ações Trabalhistas	Processo	Parte	Tipo	Valor
	01009664420185010015	Vários autores	Diferenças salariais	1.777
	01007863620185010077	José Eduardo Hoffmann Júnior	Diferenças salariais	1.774
	01010497220205010053	Edson Barcellos Lemes	VPNI e seus reflexos	1.285
	01003108920215010045	Paulo César dos Santos	VPNI e seus reflexos	1.140
	01012100620195010025	Ricardo Rollemberg L Lemos	VPNI e seus reflexos	1.037

Ações Cíveis	Processo	Parte	Tipo	Valor
	00066415420084025101	DM Construtora de Obras	Contrato	100.000
	50376878720194025101	Multi-Rio Op. Portuárias	Movim. mínima contratual	51.606
	50158518720214025101	Companhia P. Baía Sepetiba	Ação de cobrança	17.556
	00137391720134025101	Ministério Público Federal	Improbidade administrativa	8.962
	50002366820204020000	ICTSI Rio Brasil Terminal 1 S.A.	Movim. mínima contratual	2.444

Ações Tributárias	Processo	Parte	Tipo	Valor
	00065493220154025101	IBAMA	Execução fiscal	8.079
	50985561620194025101	Município de Itaguaí	Execução fiscal	1.936
	02949475920208190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal	1.848
	50985848120194025101	Município de Itaguaí	Execução fiscal	1.492
	02948315320208190001	Município do Rio de Janeiro	Execução fiscal	1.073

23 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores repassados até 29/06/2012 (data em que houve a mudança na natureza jurídica da CDRJ de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública) sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998. O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Repasso ao Portus (2013 a 2016)	208.771	200.218
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	2	2
Repasso para Investimentos	89.343	11.673
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.286	1.231
Totais	299.402	213.124

24 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.150.765	611.150.763	1.222.301.528
Estado do Rio de Janeiro	79.979	79.977	159.956
Totais	611.230.744	611.230.740	1.222.461.484

O último aumento de Capital Social da Companhia foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

25 – AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial refletem o ganho / (perda) atuarial do plano de benefícios – Portus, reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, segundo cálculos do atuário responsável, conforme Nota 20:

Saldo em 01/01/2020	(18.297)
Ganhos / (perdas) atuariais no exercício de 2020	13.224
Saldo em 31/12/2020	(5.073)
Ganhos / (perdas) atuariais no exercício de 2021	51.558
Saldo em 31/12/2021	46.485

26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida está composta da seguinte maneira:

Exercício de 2021	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita Tarifária	86.721	27.293	4.508	33	118.555
Receita com Arrendamentos	181.518	734.357	4.168	5.017	925.060
Receita Total	268.239	761.650	8.676	5.050	1.043.615
Impostos Federais	(22.679)	(67.627)	(820)	(475)	(91.601)
Impostos Municipais	-	(936)	-	-	(936)
Receita Operacional Líquida	245.560	693.087	7.856	4.575	951.078

Exercício de 2020	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita Tarifária	77.923	21.339	4.744	9	104.015
Receita com Arrendamentos	136.319	405.059	3.075	3.434	547.887
Receita Total	214.242	426.398	7.819	3.443	651.902
Impostos Federais	(19.752)	(40.024)	(685)	(311)	(60.772)
Impostos Municipais	(370)	(167)	(74)	-	(611)
Receita Operacional Líquida	194.120	386.207	7.060	3.132	590.519

A CDRJ tem movimentação diversificada, operando todas naturezas de carga: geral, granel sólido e granel líquido. O Porto do Rio é o que opera com a maior diversidade de cargas, sendo as principais o petróleo e seus derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, gusa, veículos e cargas em contêineres. O Porto possui também um terminal de navios de cruzeiros. O Porto de Itaguaí, um dos maiores da América Latina, destaca-se pela movimentação de granéis sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, operando também com contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. As operações do Porto de Niterói estão vinculadas à cadeia de petróleo, entretanto, de forma exclusiva. O Porto de Angra dos Reis caracteriza-se pelas operações de apoio marítimo a plataformas e outros empreendimentos em alto-mar, conhecidas como operações *offshore*.

A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento aproximado de 61% (sessenta e um por cento), ocasionado, principalmente, no Porto de Itaguaí, pelo aumento do dólar e do preço das commodities no mercado externo, visto que o principal produto de exportação é o minério de ferro.

27 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

Os custos das operações possuem a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Encargos	64.706	56.287
Manutenção	13.759	15.416
Depreciação e Amortização	39.372	32.394
Provisões	7.987	5.816
Outros Custos	17.444	18.319
Totais	143.268	128.232

O aumento nos custos com pessoal reflete uma mudança na gestão da folha de pagamento dos empregados lotados na Guarda Portuária, por conta da implantação do sistema de gestão de RH. A mudança aprimorou a gestão de custos com pessoal, principalmente quanto aos guardas lotados em cada um dos quatro portos administrados pela CDRJ.

28 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Encargos	145.530	153.948
Manutenção	11.512	14.663
Legais, Judiciais e Contratuais	56.626	10.963
Impostos e Taxas	2.432	1.779
Outras Despesas	18.434	16.449
Totais	234.534	197.802

A redução das despesas com pessoal e encargos é resultado da implementação do sistema de recursos humanos, conforme explicado na Nota 27, visto que grande parte dos gastos com a folha de pagamento dos guardas portuários passaram a ser considerados como custos.

O aumento das despesas legais, judiciais e contratuais reflete a decisão da CDRJ em realizar os pagamentos mensais dos contratos de cessão firmados com o Tesouro Nacional, a partir do exercício de 2021, conforme Nota 19.

29 – DEPRECIAÇÃO

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação Bens em Operação	23.809	20.402
Depreciação Bens da Administração	1.388	1.343
Ajustes	(25)	(1.034)
Totais	25.172	20.711

O aumento da depreciação dos bens em operação reflete, principalmente, os ajustes pela revisão de vida útil e também pelas últimas aquisições.

30 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

As Provisões estão compostas da seguinte maneira:

	31/12/2021	31/12/2020
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.565)	(8.260)
Provisão de Férias	11.996	(6.182)
Provisão para o 13º Salário	(6.613)	(5.651)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(407)	(262)
Provisão para Contingências	(497.613)	(78.695)
Totais	(517.202)	(99.050)

O aumento nas Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa reflete, principalmente, uma gestão mais prudente no exercício de 2021, no que se refere à inadimplência dos recebíveis do Porto do Rio. Conforme se observa na Nota 6, no exercício de 2021 as perdas provisionadas para o Porto do Rio representavam cerca de 94% do total bruto (90% no exercício de 2020).

Também se observa na Nota 6 que houve aumento do saldo em aberto no Porto do Rio e, consequentemente, dos valores estimados como perda. Um dos principais fatores de aumento da inadimplência, a cada ano, são os valores da Movimentação Mínima Contratual – MMC, cobrados da ICTSI Brasil S.A. e da Multi-Rio Operações Portuárias S.A., os quais estão sendo discutidos judicialmente.

A variação na conta Provisão de Férias é resultado da implementação do novo sistema de recursos humanos, conforme explicado na Nota 17.

A principal variação ocorrida nas Provisões para Contingências foi causada pela decisão judicial, transitada em outubro de 2021, da ação 0105594-59.2004.8.19.0001, movida pelo Portus Instituto de Seguridade Social. O valor provisionado para esta ação foi de R\$ 390.112 mil (R\$ 72.103 mil em 2020), conforme explicado na Nota 20.

31 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Aluguel	38.088	9.837
Reembolsos	950	4.963
Alienação de Bens	66	1.262
Outras	193	324
Totais	39.297	16.386

A variação no aluguel é resultado do acordo firmado com a empresa MRS Logística S.A. e Porto Sudeste do Brasil S.A., referente a uma área utilizada no Porto de Itaguaí, cujo tema estava em arbitragem na Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, sob o número 50300.011829/2016-05. A partir da assinatura do acordo, a CDRJ faturou R\$ 25.227 mil, para pagamento em três parcelas, e o total de R\$ 977 mil, a título de remuneração ordinária, com pagamentos mensais regulares a partir de julho de 2021.

A conta de reembolsos registra o repasse aos clientes da cobrança de IPTU, taxa de ocupação, taxa de aforamento proporcional às áreas ocupadas. Em 2021 não foram emitidas as faturas de reembolso das taxas de ocupação e aforamento porque a Secretaria de Patrimônio da União não emitiu as cobranças para a CDRJ.

32 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Baixa do Ativo Imobilizado	88	-
Ajustes Diversos	14	76
Totais	102	76

A conta Baixa do Ativo Imobilizado registra as despesas incorridas na transferência de bens para o estoque de sucatas, vendas por valor inferior ao custo histórico e outras situações.

33 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras	22.812	21.992
Despesas Financeiras	(147.080)	(197.279)
Totais	(124.268)	(175.287)

As receitas financeiras representam os juros nos recebimentos em atraso e as atualizações dos acordos e demais valores a receber.

As despesas financeiras abrangem as atualizações de passivos, as despesas bancárias e a cobrança de multa juros de mora pela realização de pagamentos em atraso. A redução nos valores contabilizados deu-se, em sua maioria, pela



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as transações realizadas pela CDRJ com suas partes relacionadas, destacamos:

Transações com o Tesouro Nacional: A CDRJ celebrou três contratos de cessão de créditos, com o Tesouro Nacional, nos exercícios de 1998 a 2000, nos quais a CDRJ transferiu à União os direitos de créditos decorrentes de dois contratos de arrendamento: C-DEPJUR Nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Libra Terminal Rio S.A., e o contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Sepetiba Tecon S.A. Dos créditos decorrentes do arrendamento da Libra Terminal Rio S.A. resultaram dois contratos de cessão, nº 018 e 026, relativos à parte fixa e variável, cujos vencimentos ocorrerão em 8 de maio de 2023. Os pagamentos mensais estão sendo realizados pela própria CDRJ.

	Parcela Atual	Saldo a Vencer
Contrato nº 018	1.020 mil	17.340 mil
Contrato nº 026	3.725 mil	63.325 mil

O contrato relativo ao arrendamento da Sepetiba Tecon S.A. possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 4.319 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 198.674 mil.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera com duas de suas filiais no Porto do Rio de Janeiro, em terminal privativo e com utilização do cais público. Quando opera em área privativa, a empresa efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. No cais público, são cobradas tarifas de atracação, movimentação de cargas e serviços diversos. No exercício de 2021, o valor total faturado foi de R\$ 34.146 mil (R\$ 32.161 em 2020).

A CDRJ e a Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás) assinaram, já no exercício de 2022, o Contrato de Transição nº 11/2022, cujo objeto é o arrendamento, pela CDRJ à arrendatária provisória, da instalação portuária localizada no terminal multiuso 1, do Porto do Rio de Janeiro, para sua exploração em caráter transitório, até que sejam ultimados os procedimentos licitatórios para ocupação daquela área.

Transações com Cessionários: A CDRJ cede mão de obra para os seguintes entes: Advocacia-Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério da Infraestrutura – MINFRA, Prefeitura de Japeri, e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Os cessionários transferem à CDRJ, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios, apurados pela CDRJ. O valor total do ressarcimento no exercício de 2021 foi de R\$ 14.059 mil (R\$ 23.143 mil em 2020) e valor médio mensal foi de R\$ 1.171 mil (R\$ 1.928 mil em 2020).

Transações com o INEA: A CDRJ celebrou o Termo de Convênio nº 120/2012 com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba, no Município de Itaguaí.

Após o término do contrato, o INEA realizou prestação de contas e pleiteou aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil, o qual deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e determinou a cobrança. Até o encerramento do exercício de 2021, permanecia em aberto o valor a receber do ente.

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A CDRJ possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 2021 era de R\$ 54.686 mil (R\$ 49.692 em 2020).

Outras transações: A CDRJ mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, instituições financeiras com as quais opera regularmente com transações regulares de pagamentos, recebimentos e investimentos; Empresa Brasil de Comunicações – EBC, entidade responsável pelas publicações oficiais da CDRJ; e Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, entidades que, atualmente, cedem empregados à CDRJ.

Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em Reais):

Custos com remunerações, encargos e outros benefícios atribuídos aos membros da Diretoria Executiva:

	2021	2020
Benefícios de Curto Prazo		
Honorários, benefícios e encargos	761.399,73	1.440.244,84
Remuneração variável	374.999,08	371.253,08
Benefícios Pós Emprego		
Remuneração compensatória - quarentena	-	-
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho		
Férias proporcionais e indenizadas	-	75.988,86

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	2021	2020
Conselho de Administração	250.678,84	224.486,10
Conselho Fiscal	179.588,64	134.702,48
Comitê de Auditoria Estatutário	134.691,48	112.243,20

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	2021		2020	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maior Remuneração	37.959,52	60.451,76	39.650,13	78.687,87
Menor Remuneração	7.578,07	1.527,26	8349,89	1.805,54
Remuneração Média	18.028,29	12.744,66	28.578,48	12.427,30

36 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 14 de março de 2022.

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA
DIRETOR – PRESIDENTE
CPF Nº 332.852.767-20

MÁRIO POVIA
DIRETOR
CPF Nº 052.473.918-88

JEAN PAULO CASTRO E SILVA
DIRETOR
CPF Nº 771.428.456-00

INDALECIO CASTILHO VILLA ALVAREZ
DIRETOR
CPF Nº 370.592.387-00

EDUARDO PIRES SOARES
CONTADOR – CRC/RJ 110913/O-7
CPF Nº 080.022.657-77

PARECER CONFIS Nº 002/2022 – CONSELHO FISCAL

Parecer nº 002/2022 do Conselho Fiscal
da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, em sua 614ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/03/2022, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 110, inciso II, do Estatuto Social da Companhia, procedeu ao exame do **Relatório Anual da Administração**, bem como do **Balanco Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - “Audimec Auditores Independentes S/S”, de 11 de março de 2022.

Considerando a ressalva, já apontada no exercício anterior, no título “Base para opinião com ressalva”, e as recomendações constantes do Relatório dos Auditores Independentes, bem como a manifestação do Conselho de Administração, registrada na Ata da 795ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de março de 2022, o Conselho Fiscal OPINA no sentido de que o Relatório Anual da Administração e as referidas demonstrações contábeis refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral para apreciação dos Acionistas.

O Conselho Fiscal registra a existência de prejuízos acumulados no exercício no montante de R\$ 3.316.558 mil e o patrimônio líquido negativo de R\$ 814.536 mil e sugere que sejam envidados esforços para a resolução da pendência mencionada no item 2.1 do Relatório dos Auditores Independentes.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

(assinado eletronicamente)
FELIPE FERNANDES QUEIROZ
Representante do Ministério da Infraestrutura
Presidente do Conselho Fiscal

(assinado eletronicamente)
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
Representante do Ministério da Infraestrutura

(assinado eletronicamente)
FREDERICO SCHETTINI BATISTA
Representante do Tesouro Nacional

(assinado eletronicamente)
ADILSON DE FARIA MACIEL
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

DELIBERAÇÃO Nº 046/2021/CONSAD/CDRJ
(SEI 50905.001170/2022-18)

795ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSAD, de 24/03/2022
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia,

DELIBERA:

Pela aprovação do Balanco Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 24 de MARÇO de 2022.

DINO ANTUNES DIAS BATISTA
Presidente do Conselho de Administração

DELIBERAÇÃO Nº 047/2021/CONSAD/CDRJ
(SEI 50905.000360/2022-18)

795ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSAD, de 24/03/2022
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia,

DELIBERA:

Pela aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício de 2021.

Rio de Janeiro, 24 de MARÇO de 2022.

DINO ANTUNES DIAS BATISTA
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021

Aos
Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
CNPJ Nº 42.266.890/0001-28
Rua Acre, 21 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Prezados(as) Senhores(as),

1. Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. Base para opinião com ressalva

2.1. Contas a receber de partes relacionadas

Conforme nota explicativa nº 12, a Companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293,215 milhões. Este valor teve origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a administração da companhia fez devolver esse valor ao acionista controlador, que teve sua contrapartida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador. Consequentemente o ativo e o patrimônio líquido da companhia estão superavaliados em R\$ 293,215 milhões.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

3. Ênfases

3.1. Continuidade do operacional das atividades

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que as demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, dissiparam o “capital próprio” reduzindo recorrentemente a cada ano os lucros acumulados até consumir totalmente Patrimônio Líquido, passando a apresentar um “passivo a descoberto” (patrimônio líquido negativo), de tal modo que os saldos apresentados no Balanco Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não o são, suficientes para a cobertura das “exigibilidades totais” em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

3.2. Representação de valores correspondentes

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que conforme nota explicativa nº 3, as demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2020, originalmente divulgadas em 20/04/2021, estão sendo rerepresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

4. Principais Assuntos de Auditoria – PAA’s

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA’s) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

4.1. Benefícios Pós-emprego (notas explicativas nº 20)

A CDRJ é uma das patrocinadoras de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de Previdência Complementar – EPPC. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O déficit atuarial da CDRJ apontado no balanço patrimonial e nos quadros a seguir de R\$ 321.993 mil (R\$ 359.003 mil em 2020), calculado segundo o CPC 33, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CDRJ, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Não houve registro do Termo de Compromisso Financeiro no Passivo Circulante no exercício de 2020 porque a CDRJ realizou o pagamento antecipado de todas as parcelas referentes aquele período. As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: Com o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de uso comum no mercado, cotejando sua adequação com o regimento emanado da NBC TG 33 (R2) – Benefícios a Empregados.

Verificamos as análises de sensibilidade considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas, tais como: as principais hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial. Em relação ao Resultado Atuarial analisamos a evolução do custeio, a variação das provisões matemáticas, principais riscos atuariais e possíveis soluções. Como resultado entendemos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

4.2. Provisão para perdas estimadas sob créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 4.4)

Conforme divulgado em notas explicativas nºs 4.4 e 6 às demonstrações contábeis, para fins de constituição da provisão e mensuração das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, a CDRJ aplica os preceitos da NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração bem como em sua metodologia própria concebida internamente, para determinar a melhor estimativa de perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para perdas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: inicialmente avaliamos os controles internos aderentes à constituição da provisão para perdas propriamente dita, posteriormente, também avaliamos os controles gerais e adjacentes, notadamente, aqueles vinculados à governança considerando a segurança e confiabilidade dos controles relativos aos processos de mensuração da provisão e das principais premissas utilizadas no cálculo da aludida provisão estimada para perdas.

Remotamente com base em mecanismos de triangulação de dados por amostragem também avaliamos se a CDRJ atendeu as premissas relacionadas com a apuração da provisão estimada para perdas atentando se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas de nºs 4.4 e 6, são pontuais em relação ao arcabouço normativo pertinente.

Arimados nas evidências de auditoria apropriadas, obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento em relação ao previsto nas políticas internas e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis, notadamente porque observa integralmente o princípio da prudência com uma postura bastante conservadora.

4.3. Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 22, a CDRJ é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorrido neste exercício.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2021, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos “sítios” dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes.

Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos da CDRJ, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudentia a ser consideradas. Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

5. Outros assuntos

5.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da CDRJ essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



5.2. Relatório da Administração

A administração da CDRJ é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

5.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 10 de março de 2021, com modificação de opinião.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CDRJ continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CDRJ ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CDRJ são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CDRJ.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CDRJ a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro/RJ, 11 de março de 2022
AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ

Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"RJ
CNAI 4850

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

As pessoas naturais e jurídicas abaixo subscritas, na condição de futuras acionistas controladoras, por intermédio do presente instrumento

DECLARAM:

1. Sua intenção de adquirir o controle societário indireto da TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS (CNPJ/ME nº 33.041.062/0001-09), da SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. (CNPJ/ME nº 01.704.513/0001-46) e da RIO'S CAPITALIZAÇÃO S.A. (CNPJ/ME nº 03.558.096/0001-04), em decorrência do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Sul América S.A. pela Rede D'Or São Luiz S.A." celebrado em 23.02.2022, as quais passarão a funcionar com as características abaixo especificadas, negócio cuja concretização depende da aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; e

2. A inexistência de restrições que possam afetar a sua reputação, conforme a regulamentação em vigor do CNSP e da SUSEP, incluindo a Resolução CNSP nº 422/2021.

3. E ESCLARECEM que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, na Avenida Presidente Vargas 730, 9º andar, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes poderão, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo.

Denominação social: TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS, SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. e RIO'S CAPITALIZAÇÃO S.A.

Local e sede: Rua Beatriz Larragoli Lucas nº 121, Ala Sul, 1º andar - Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ.

Patrimônio líquido: TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS: R\$ 6.702.067 milhões na data-base de 31/12/2021. SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.: R\$ 790.576 milhões na data-base de 31/12/2021.

RIO'S CAPITALIZAÇÃO S.A.: R\$ 33.876 milhões na data-base de 31/12/2021.

Composição societária: quando da consumação do negócio pretendido, o capital social das entidades supervisionadas será 100% detido, de forma indireta, pela Rede D'Or São Luiz S.A.

Objeto social: no caso da SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A., operar com seguros de pessoas e previdência complementar privada no Brasil. As demais entidades encontram-se em processo gradual de encerramento das atividades, sem a emissão de apólices e/ou títulos de capitalização.

Prospectivos Controladores:

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A., companhia aberta com sede na Rua Francisco Marengo 1.312, Tatuapé, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.047.087/0001-39;

DELTA FM&B FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o nº 12.952.887/0001-44, e CHARDONNAY FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o nº 21.681.273/0001-19, ambos administrados pelo BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda., sociedade limitada com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3477, 14º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.451.242/0001-23;

JORGE NEVAL MOLL FILHO, brasileiro, casado, médico, RG Nº 52.133.76-4 emitido pelo CRM/RJ, CPF nº 102.784.357-34;

ALICE JUNQUEIRA MOLL, brasileira, casada, médica, RG Nº 52.131.26-8 emitido pelo CRM/RJ, CPF nº 219.016.197-53;

JORGE NEVAL MOLL NETO, brasileiro, casado, médico, RG Nº 52.598.13-1 emitido pelo CRM/RJ, CPF nº 014.179.057-19;

RENATA JUNQUEIRA MOLL BERNARDES, brasileira, casada, médica, RG Nº 52.609.09-1 emitido pelo CRM/RJ, CPF nº 009.101.897-81;

ANDRÉ FRANCISCO JUNQUEIRA MOLL, brasileiro, casado, médico, RG Nº 52.684.21-0 emitido pelo CRM/RJ, CPF nº 035.747.247-05;

PEDRO JUNQUEIRA MOLL, brasileiro, casado, administrador, RG Nº 10.639.387-9 emitido pelo IFP/RJ, CPF nº 071.497.567-27;

PAULO JUNQUEIRA MOLL, brasileiro, casado, economista, RG Nº 13.091.079-7 emitido pelo IFP/RJ, CPF nº 091.218.057-92;

todas as pessoas naturais acima qualificadas com domicílio profissional na Rua Francisco Marengo 1.312, Tatuapé, São Paulo/SP.

São Paulo, 20 de abril de 2022

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

DELTA FM&B FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

CHARDONNAY FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR

JORGE NEVAL MOLL FILHO

ALICE JUNQUEIRA MOLL

JORGE NEVAL MOLL NETO

RENATA JUNQUEIRA MOLL BERNARDES

ANDRÉ FRANCISCO JUNQUEIRA MOLL

PEDRO JUNQUEIRA MOLL

PAULO JUNQUEIRA MOLL